TL 2087

INDONÉSIA: A LESTE DO PARAISO

O regime do ditador Suharto não se limita a, pela força, reprimir povos ocupados, a fechar jornais que pugnam por uma informação livre e idónea ou a prender sindicalistas, intelectuais e estudantes que lutam pelos direitos que lhes devem assistir. Também, verdadeiros atentados ecológicos não cessam de ser cometidos. Como exemplos:

1. Os fogos florestais sempre foram considerados um problema frequente e grave na Indonésia, país que tem a terceira maior extensão de floresta tropical do mundo. No entanto, os que ocorreram nos últimos anos na província de Kalimantan (Bornéu) provocaram acesos debates nos quais se analisaram as actividades agro-florestais praticadas naquele território, o impacto dos fogos e as reacções governamentais aos consequentes desastres ambientais.

Estes fogos afectaram já milhares de hectares de floresta virgem, plantações florestais, áreas agrícolas e até povoações. Os estragos provocados estimam-se em milhões de dolares e no entanto, pouco foi feito para controlar ou eliminar este problema. A resposta governamental tem sido, no mínimo, inapropriada no que respeita à prevenção de futuras ocorrências.

Em 1982/83, os fogos afectaram 3,6 milhões de hectares de floresta de Kalimantan (o equivalente à área da Bélgica) dum total de 17 milhões de hectares desta formação vegetal existente na ilha. Com o final da década passada, estes mesmos fogos tornaram-se mais frequentes na zona central de Kalimantan.

É certo que os fogos sempre foram um elemento natural na evolução dos ecossistemas, incluindo os tropicais. Contudo, com a pressão das actividades humanas, estas ocorrências passaram a ser mais frequentes. Em Kalimantan, estes provocaram alterações ao nível da composição florestal. Assim, verifica-se que as plantas mais resistentes ao fogo tem-se tornado dominantes enquanto que as mais susceptiveis, existente no ambiente original, estão-se a extinguir. Concomitantemente, das áreas ardidas, cuja estrutura das formações é degradada, estão a desaparecer algumas espécies animais, mais exigentes e incapazes de se adaptarem às formações vegetais alteradas. A biodiversidade destas florestas está-se a perder. Exemplo disto é o risco de extinção que paira sobre os orangotangos que têm nas florestas da ilha de Bornéu um dos seus últimos refúgios ou o iminente desaparecimento de várias espécies de árvores, nomeadamente pertencentes à familia das Dipterocarpáceas.

Em paralelo, observam-se alterações radicais no sistema sócio-agrícola e hidrológico da floresta.

Pensa-se que o incremento do número de fogos, está relacionado com o aumento da pressão de abate de largas manchas florestais e com a prática de agricultura transumante. Segundo o ministro das Florestas, Djamaludin Suryohadikusumo, as investigações nos últimos anos referem que a maioria dos fogos de Kalimantan são causados pela agricultura transumante das populações indígenas.

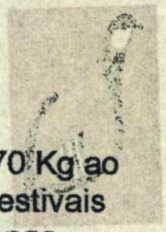
No entanto, esta prática é considerada sem grande perigo quando efectuada pelas formas ancestralmente usadas pelas populações autoctenes. Os transmigrantes ou as empresas florestais são, seguramente, menos especializados e escrupulosos. Muitos especialistas consideram estes recém-chegados como a causa da maioria dos fogos. Exemplo disto ocorreu em Tewah, zona central de Kalimantan, onde várias áreas de floresta (cerca de 400 hectares no total) têm sido devastadas pela chegada de familias javanesas transmigrantes. Tem-se, aliás, verificado a ocorrência de incidentes violentos entre as populações indígenas e as companhias florestais.

A política governamental delineada pelo ministro das Florestas e do Ambiente, favorece claramente a apropriação de terras por parte dos recém-chegados.No entanto, os governantes parecem ter ignorado que as concessões florestais originam a queima e desflorestação de vastas áreas. Igualmente, ignoram o facto de que as plantações florestais monoespecificas subsequentes (por exemplo, os palmares) são mais susceptiveis aos fogos do que o ecossistema florestal tropical constituido por muitas e variadas espécies.

Antes de 1982 não havia problemas com a prática de fogos, próprios das explorações agrícolas das populações indígenas. Mas, a partir desse ano, o mesmo não aconteceu, coincidindo com o inicio da actividade de várias empresas. Fogos houve que arderam cerca de um mês em várias partes da ilha até que relatórios sobre o assunto chegaram a Jakarta e acções foram então tomadas.

Assim vai a política florestal da Indonésia.

2. Em Bali, o comércio turistíco é o principal motivo que está por detrás da caça excessiva anual, de cerca de 20.000 tartarugas marítimas, de espécies ameaçadas. É aqui que ocorre uma das maiores matanças, à escala mundial, de tartarugas maritímas. Das seis espécies existentes na Indonésia somente duas aparecem pelas águas costeiras da referida ilha: a Hawksbill e aTartaruga Marítima Verde (*Chelonia mydas*). Estas espécies estão classificadas "em perigo de extinção" pela CITES (Convention on International Trade of Endangered Species)e paradoxalmente estão entre as mais pescadas nos mares da Indonésia e em particular, de Bali.



Tradicionalmente, a tartaruga marítima verde, que chega a pesar 270 Kg ao atingir a maturidade, é apanhada e os seus produtos são usados em festivais religiosos balineses. No entanto, esta tradição está confinada a pequenas regiões do sul de Balí e o número de tartarugas necessárias para os festivais é mínimo. A grande maioria das tartarugas mortas é, de facto, para satisfazer os apetites dos turistas ocidentais que pululam nos hotéis e restaurantes de Bali. Estes podiam contribuir de uma forma efectiva para a redução deste massacre evitando os restaurantes e lojas que vendem os seus produtos.

Muitas das tartarugas são apanhadas quando procuram as praias para desovar. Seguidamente, são transportadas para unidades industriais onde é feita a separação da carne dos outros produtos.

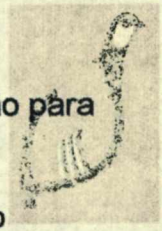
Respondendo às crescentes críticas internacionais, o governador regional de Bali decretou uma redução no número de tartarugas caçadas para fins comerciais. A legislação que o decretou inclui, igualmente, a proibição de vender a carne e demais produtos retirados das tartarugas em sítios públicos, enquanto permite que um número restrito de exemplares seja morto para os referidos festivais religiosos. Tal como a maior parte da legislação ambiental, este decreto-lei nunca foi aplicado, já que recentemente vários produtos originários destes seres vivos podiam ser vistos à venda em muitos locais de Bali. Enquanto a referida legislação indonésia estabelece o consumo máximo de 5000 tartarugas por ano, só nos primeiros cinco meses de 1991, aproximadamente 7700 tartarugas marítimas foram mortas em Bali.

3. A febre do golfe que tem assolado a Indonésia nos últimos anos, tem levado a que terrenos agrícolas produtivos e zonas pantanosas, estejam a ser transformados em campos para o exercício de um desporto praticado por uma camada social restrita e privilegiada. Quem fica declaradamente a perder com estas iniciativas é a faixa mais pobre da sociedade indonésia que depende da agricultura para viver, e também, claro está, ... o ambiente!.

Os campos de golfe construidos na Indonésia até 1992 ascendiam a cerca de 60. No fim do ano de 1993, já totalizavam perto de 80. O crescente interesse na prática deste desporto tem sido, no entanto, cerne de controvérsias.

Com um custo médio de 30 milhões de dólares americanos, um campo de 18 buracos requere 50 hectares de terreno e uma manutenção que ascende a alguns milhares de dólares anuais.

Somente em Jakarta, nos seus arredores e na provincia de Java Ocidental existem 24 campos, alguns dos quais foram construidos em terrenos agrícolas,



temporariamente alagados e bastante produtivos, e em áreas de transição para parques nacionais.

As diferenças sociais retratadas e os impactes ambientais criados pelo desenvolvimento acelerado destes campos, provocaram protestos acesos que envolveram associações de estudantes, de agricultores e ambientais.

Entretanto, investidores privados estão a competir para desenvolver novos campos de golfe, os quais vão redundar em grandes lucros dado que os terrenos são adquiridos a baixos preços a agricultores pobres e desconhecedores dos seus direitos e que são muitas vezes forçados a vender as suas terras. A transacção destes terrenos e a sua transformação não melhorou, de qualquer forma, o seu nível de vida. Estes agricultores perderam os rendimentos do trabalho agrícola passando por vezes a trabalhar, para as empresas concessionárias dos campos, com salários muito baixos.

As organizações que protestam contra esta política fizeram quatro pedidos ao governo:

- restringir o desenvolvimento de campos para este desporto através de legislação;
- análise do binómio "número de campos existente / número de campos planeado" e confrontar isto com a política de desenvolvimento de terrenos agrícolas;
- compensação dos agricultores que venderam as suas terras por preços irrisórios, por parte das empresas compradoras dos terrenos. As empresas que se recusarem a fazê-lo devem ter as suas licenças revogadas;
- estabelecimento de linhas de orientação para regular o desporto em causa e os interesses a ele associados.

Ao contrário de actuar como um indicador económico positivo, a política de desenvolvimento de campos de golfe está ampliar as diferenças sociais existentes, justapondo a extravagância e a miséria. Os impactos ecológicos da conversão de terras agrícolas, terrenos pantanosos e outros ecossistemas, em ambientes artificiais, com lagos criados pelo homem e "relva" importada que necessita de pesadas aplicações de herbicidas e pesticidas, deve requerer uma aturada investigação.

TAMBÉM EM TIMOR-LESTE

Desde 1975, a tentativa indonésia de aniquilação da resistência armada timorense tem sido acompanhada duma politica de destruição sistemática do meio ambiente local. A estratégia não é nova, já que foi usada noutras guerras e noutros locais onde as florestais naturais protegiam um dos intervenientes. A resistência armada timorense necessita ciclicamente de se ocultar e defende-se muito melhor no interior das formações florestais, aproveitando até a ocultação que elas proporcionam para lançar acções de guerrilha e emboscada.

Por esta razão, as florestas passam a ser um alvo a abater pelo ocupante indonésio. Assim sucedeu, como exemplo típico, na guerra do Vietname. A factura ambiental a pagar nestes casos é sempre elevada porque não se olha a meios para deliberadamente se atingir os fins pretendidos. As violações ambientais são normalmente nestas situações, e no caso de Timor-Leste também,enormes e de consequências imprevisiveis.

A prática sistemática de destruição das florestas de Timor teve inicio dois anos após a invasão deste território, ocupado em Agosto de 1977, quando o exército indonésio iniciou a campanha de cerco e aniquilamento das forças da resistência que se encontravam agrupadas nas matas. Existem registos que permitem concluir que tanto napalm como substâncias quimicas com efeito desfolhante, foram utilizados para acabar com alguns dos refúgios e neutralizar a acção dos guerrilheiros.No entanto, a prática de fogo posto tem sido a forma mais utilizada até hoje.

Segundo fontes indonésias (Jakarta Post, 22 de Setembro 1993), os fogos têm destruido milhares de hectares de floresta em várias áreas do território de Timor-Leste. Em 1993 ocorreram, ainda segundo as mesmas fontes, os piores fogos nos 13 distritos que constituem o referido território, tendo alguns deles podido ser vistos pela população de Dili.

Estas constatações concorrem com o facto de que, nos últimos anos, os batalhões de combate das forças armadas indonésias (ABRI), tendo operado um pouco por todo o lado, têm usado o fogo como uma arma para dificultar as acções da guerrilha e facilitar as suas próprias. Decorrente do uso indiscriminado destas práticas, verificam-se alterações bastante profundas do ecossistema com o aparecimento, em vastas áreas, de um arbusto que forma maciços vegetais quase impenetráveis, *Imperata cylindrica*, que certamente vai impedir a regeneração progressiva da vegetação natural.

Também em Timor-Leste se podem verificar impactos muito negativos provenientes da politica de transmigração indonésia. Hoje, o mundo rural de

Timor é bem espelho disso. De um lado, observa-se uma agricultura de subsistência arcaica e praticada sobre um solo aceleradamente.erosionado. Do outro lado, explorações bem irrigadas, largamente mecanizadas, situadas em zonas de controlo militar absoluto, pertencendo como é óbvio aos transmigrantes indonésios. Nos finais de 1980, as 600 primeiras familias recém-chegadas instalaram-se na zona de Maliana, que era então considerada um dos celeiros deste território. Hoje em dia, a maioria dos transmigrados estão instalados nos distritos de Baucau, Bobonaro eViqueque.

Luis Silva Reis
Lisboa, 28 de Janeiro de 1995